

**PESSOAS, OBJETOS E MUSEUS: PERCEPÇÕES DO PÚBLICO VISITANTE
SOBRE OS ARTEFATOS ARQUEOLÓGICOS EXPOSTOS EM MUSEUS
RECIFENSES.**

PEOPLE, OBJECTS AND MUSEUMS: VISITOR PERCEPTIONS ABOUT THE
ARCHAEOLOGICAL ARTICLES EXPOSED IN RECIFE'S MUSEUMS

Rosemary Aparecida Cardoso
Alencar de Miranda Amaral

Como citar este artigo:

CARDOSO, Rosemary Aparecida; AMARAL, Alencar de Miranda. Pessoas, objetos e museus: percepções do público visitante sobre os artefatos arqueológicos expostos em museus recifenses. Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n.34, p. 183-208, Jul-Dez. 2020.

Recebido em: 30/07/2020

Aprovado em: 19/11/2020

Publicado em: 22/12/2020

ISSN 2316 8412

Pessoas, objetos e museus: percepções do público visitante sobre os artefatos arqueológicos expostos em museus recifenses

Rosemary Aparecida Cardoso^a
Alencar de Miranda Amaral^b

Resumo:

Tendo como ponto de partida a presença de objetos arqueológicos em três museus recifenses (Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; e Museu Militar Forte do Brum), buscamos problematizar a (in)visibilidade desses artefatos em contextos museais, e discutir questões atinentes aos processos de construção de narrativas e significados catalisados por esses objetos. Para tanto, além de descrever a organização expográfica e traçar um perfil dos visitantes destas instituições, analisamos como a religiosidade, história familiar e memória fomentam a “antropofagia” dos artefatos arqueológicos pelo público dos museus.

Abstract:

Motivated by the presence of archaeological objects in three Recife’s museums (Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco; e Museu Militar Forte do Brum), we seek to problematize the (in) visibility of these artifacts in contexts museums, and discuss issues related to the processes of construction of narratives and meanings generated by these objects. Therefore, in addition to describing the expographic organization and drawing a profile of visitors to these institutions, we analyze how religiosity, family history and memory foster the “anthropophagy” of archaeological artifacts by museums visitors.

Palavras-chave:

Musealização da Arqueologia; Percepções dos visitantes; Museus de Recife.

Keywords:

Musealization of Archeology; Perceptions of visitors; Recife’s Museums.

^a Doutora em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE). Colaboradora do LAPA-UNIVASF. Apoio financeiro da CNPq. E-mail: rsmrycardoso@gmail.com.

^b Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Arqueologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF. Campus Serra da Capivara. E-mail: alencar.univasf@gmail.com

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, estudos sobre a “Musealização da Arqueologia” têm promovido um profícuo diálogo interdisciplinar entre Arqueologia e Museologia, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias e medidas destinadas à integração dos vestígios arqueológicos à realidade museal (L. COSTA, 2002, p. 31; C. COSTA, 2019). Apesar dos esforços interdisciplinares, ao nos voltarmos para a análise histórica das relações entre Arqueologia e museus no Brasil, observa-se o latente descaso com o patrimônio arqueológico (BRUNO, 1999).

Assim, segundo Bruno (1999, p. 13/25), ao nos voltarmos para a análise das relações entre Arqueologia e museus no Brasil, observamos a gradativa formação de uma “Estratigrafia do Abandono”. Ou seja, o descaso com o patrimônio arqueológico, que ao longo do tempo vem sendo sobreposto por uma intensa camada de desvalorização e menosprezo, levando a fossilização de importantes indicadores da memória, soterrando aspectos relevantes da história sociocultural do país. De modo geral, esse cenário desvela e reifica a indiferença ou repulsa ao nosso passado pré-colonial, o desprezo as manifestações culturais nativas, o desrespeito e o medo da cultura negra e afro-brasileira e a tentativa de implantação de padrões culturais europeus (BRUNO, 1999, p. 56/89).

Nos últimos anos diversos autores têm analisado esta realidade (MENESES 1996; CALDARELLI e SANTOS, 2000; CÂNDIDO, 2004), sugerindo meios para a superação destes problemas. Entretanto, é necessário reconhecer que, apesar dos esforços implementados por museus, museólogos, gestores, curadores e arqueólogos, a Musealização da Arqueologia no cenário brasileiro ainda carece de diretrizes, como por exemplo legislação específica para este tipo de patrimônio musealizado e políticas públicas para sua divulgação (CARDOSO, 2013). Muitas vezes, a falta da consolidação destas diretrizes afeta o objetivo final dos Museus que é a divulgação, preservação, conservação e promoção de ações que possibilitem a fruição destes locais por uma gama abrangente e heterogênea de pessoas.

Não por acaso, a relação sujeito/objeto musealizado tem sido foco de interesse de alguns pesquisadores (FIGUEIREDO e VIDAL, 2005; LEITE e OSTETTO, 2005) em diferentes áreas do conhecimento, buscando-se discutir estratégias que promovam conexões entre o discurso expográfico, o acervo museal e os visitantes (CARDOSO, 2013). Para tanto, como proposto por Aras (2010), é imprescindível reconhecermos que quando os objetos museológicos não são problematizados o que nos resta são apenas coisas, nomes e datas. Em contrapartida, acreditamos que um acervo arqueológico, pode e deve ser utilizado como meio para a leitura crítica do processo histórico e da valorização das várias culturas que compõem a brasileira, auxiliando na formatação do museu como espaço dinâmico que reflete o cotidiano.

Neste mister, Ramos (2004), defende que as peças que compõem um acervo museográfico não podem ser desvinculadas do presente, pois é a partir deste que o passado, que elas representam adquirem significado. Da mesma forma, Shanks e Tilley (1992), argumentam que é importante compreendermos que a cultura material está ontologicamente vinculada a uma realidade social carregada de significados, cujos sentidos podem se modificar com o passar do tempo. Deste modo, os

autores defendem que os artefatos arqueológicos expostos ao público, principalmente nos museus, devem ser empregados para revelar a relação social do passado e do presente, sendo catalizadores para a promoção de discussões a respeito de contradições sociais objetivas (SHANKS E TILLEY, 1992).

Assim sendo, consideramos que investigar se essas potencialidades dos objetos arqueológicos vêm sendo reconhecidas e exploradas na faina museológica das instituições recifenses, pode fornecer pistas sobre os mecanismos de construção do conhecimento arqueológico e contribuir para a otimização desse processo. Além disso, almejamos traçar um panorama sobre como o público percebe e (re)significa estes bens patrimoniais.

Deste modo, neste artigo buscamos discutir a miríade de questões envoltas nas relações estabelecidas entre os visitantes e os objetos arqueológicos expostos em três instituições recifenses¹, a saber, Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel - CCJPE-SKZI; Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco – IAHG; e Museu Militar Forte Do Brum – MMFB. Estas instituições foram selecionadas como locus de nossa análise por serem museus que estão instalados em espaços que foram objeto de intervenções e estudos arqueológicos (CCJPE-SKZI e MMFB), ou tem sua história e acervo vinculados a atuação direta e indireta de arqueólogos (IAHG).

Assim, temos um cenário adequado para problematizar se e como os artefatos incorporados nestes museus contribuem para divulgação do conhecimento arqueológico, bem como analisar os parâmetros utilizados pelos visitantes para (re)significar estes objetos.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA: OS MUSEUS

CENTRO CULTURAL JUDAICO DE PERNAMBUCO: SINAGOGA KAHAL ZUR ISRAEL (CCJPE-SKZI)

O CCJPE-SKZI está localizado na Rua do Bom Jesus, nº 197, popularmente conhecida como “Rua dos Judeus”, no bairro histórico do Recife. O museu está instalado no local onde foi erigida, em 1636, a Sinagoga Kahal Zur Israel², o primeiro templo religioso judaico das Américas num edifício de estilo arquitetônico neoclássico.

O propósito de transformar a antiga edificação, em um museu consolidou-se em 1999, com a criação do Conselho Gestor Projeto Sinagoga Kahal Zur Israel. Assim, a Federação Israelita de Pernambuco, em parceria com historiadores e arquitetos realizou uma investigação intensa dos documentos da época colonial, identificando o imóvel no qual teria funcionado a Sinagoga. Entretanto, não se dispunha de uma comprovação material da existência da mesma, e assim, surgiu o interesse pela execução de escavações arqueológicas no local (CUNHA, 2007).

A pesquisa arqueológica ficou a cargo do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, tendo os trabalhos de escavação do local acontecidos entre os anos de 1999 a 2000 (ALBUQUERQUE, 2003). Com a conclusão das pesquisas o prédio foi preparado para abrigar o

¹ O município de Recife abriga 31 instituições e espaços culturais que promovem exposições permanentes. Dessas, 14 possuem em suas coleções acervos arqueológicos, com uma grande diversidade de artefatos representando diferentes contextos históricos e culturais (CARDOSO, 2013).

² A administração do CCJPE-SKZI está a cargo do Arquivo Histórico Judaico de Pernambuco.

museu, expondo não apenas artefatos decorrentes da escavação, mas também preservando *in locu* e disponibilizando para visitação estruturas que integravam o complexo físico-religioso da Sinagoga (Bor e Mikv ³).

O acervo da institui o conta com objetos, documentos e dados vinculados   história do povo judeu em Pernambuco, que foram doados pela comunidade religiosa para integrar o museu, e artefatos arqueológicos provenientes das escava es realizadas na Sinagoga, e que remetem a presença judaica em Recife no período de ocupa o Holandesa (1630-1654) e a história do município.

Ao entrar no museu, no primeiro andar, o visitante visualiza imediatamente, os pisos⁴, colunas e paredes reveladas pelas escava es. Percorrendo o espaço para apreciar os materiais construtivos e a própria arquitetura do prédio, o visitante observa as estruturas do Bor e do Mikv  (Figura 1).



Figura 1: Mikv . **Autoria:** Rosemary Cardoso

A exposi o, do primeiro andar   composta ainda com quadros e banners com informa es sobre a história de ocupa o e utiliza o do prédio, sobre a presença e história judaica em Recife e sobre os trabalhos arqueológicos realizados no local. Expositores com fragmentos de louças, cachimbos e cerâmicas evidenciados durante os trabalhos arqueológicos estão dispostos em pontos estratégicos, buscando atrair o olhar do visitante (Figura 2).

³ Durante as escava es arqueológicas foi evidenciado o "Bor", uma espécie de poço que alimenta o Mikv , utilizado para os banhos de purifica o espiritual e de renova o dos judeus. O Bor e o Mikv  foram dois elementos importantes para a caracteriza o da sinagoga. Embora do ponto de vista científico não houvesse nenhuma d vida quanto   estrutura, foi convocado um Tribunal Rab nico para avaliar *in locu* esta descoberta. Publicamente o referido Tribunal declarou não ter a menor d vida que a descoberta tratava-se de um Mikv . Estas estruturas foram mantidas em contexto e integrando a exposi o permanente do museu, onde também   possível visualizar parte do piso em tijoleira da antiga Sinagoga (www.brasilarqueologico.com.br/arq_sinagogakahalzurisrael.php Acessado em 03/06/2020).

⁴ A exposi o apresenta quatro tipos de tijolos e revelam as fases de constru o e ocupa o do edifício: piso no nível da antiga Rua dos Judeus; o piso contemporâneo   Sinagoga; o piso com tijolos holandeses com cota mais baixa que atual; o piso utilizado durante a constru o posterior a Sinagoga para elevá-la ao nível da Rua do Bom Jesus.



Figura 2: Expositor com fragmentos de cerâmica e louças. **Autoria:** Rosemary Cardoso

No segundo andar, o visitante tem a oportunidade de conhecer a sala que abriga um púlpito e um exemplar da Torá, a mesma ainda é composta por bancos e mobília do altar. Vale destacar que, ocasionalmente, são realizadas celebrações religiosas neste local. Neste andar, também foram realizadas escavações verticais nas paredes, e a retirada do reboco deixaram expostas as alvenarias, com isto, entre as frestas destas paredes, os visitantes costumam colocar, nas paredes desta sala, bilhetes com pedidos, agradecimentos e orações, tal como acontece no muro das lamentações em Jerusalém (Figura 3).



Figura 3: Sala do altar, em detalhe os bilhetes depositados pelos visitantes. **Autoria:** Rosemary Cardoso

Nesta sala, em especial, dois fatos interessantes observados durante a pesquisa merecem ser mencionados, o primeiro é que neste local a visitação ocorre de forma mais calma, serena e silenciosa independentemente da quantidade de visitantes, e é comum os visitantes vivenciarem um momento de contemplação e oração mesmo que estes sejam de outras religiões.

O segundo andar, também abriga uma antessala com documentos, fotografias, objetos e banners sobre a cultura e a história dos Judeus em Pernambuco. É neste local que ocorrem ações educativas e reuniões promovidas pela instituição.

Ao visitar o museu e pesquisar sua história, fica evidente que esta instituição se propõe apresentar a História da Comunidade Judaica em Pernambuco, perpassando também pelo contexto histórico nacional e internacional que permeia a Comunidade; estando as atividades museais da entidade voltadas para a conscientização e respeito à alteridade cultural, social e religiosa. Deste modo, o acervo arqueológico, bem como as intervenções realizadas no local, é incorporado no discurso museográfico de forma secundária, como recurso para contextualizar a vida e presença judaica em Recife, mas não é problematizado em suas especificidades.

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO (IAHGP)

O IAHGP foi fundado em 1862 e está instalado em um casarão com estilo eclético localizado na Rua do Hospício⁵, nº 130. O instituto destaca-se como o primeiro Instituto Histórico estadual a ser formado no Brasil, sendo pioneiro na realização de pesquisas sobre a história de Pernambuco (CAVALCANTI, 2016). Além do acervo museológico, a instituição abriga um acervo bibliográfico, com aproximadamente 25 mil volumes com importantes fontes documentais⁶, promovendo e dando suporte a várias pesquisas voltadas ao contexto histórico e sociocultural de Pernambuco e do Nordeste. Sua coleção tem sido utilizada com fins didáticos, culturais e turísticos, auxiliando na divulgação da história e cultura de Pernambuco (SOUZA, 2010).

A formação do acervo museológico do IAHGP tem sua origem na coleção particular de alguns de seus membros, e, além disso, desde a sua inauguração, o instituto recebe na forma de doações ou como fiel depositário, bens culturais cedidos por particulares e entidades interessadas na conservação de peças associadas a história pernambucana. O museu foi aberto para visitação pública em 1866, o que faz dele o primeiro de Pernambuco e um dos mais antigos em funcionamento no país (SOUZA, 2010).

⁵ O IAHGP funcionou até 1874 no Convento do Carmo do Recife. Em 1875, mudou-se para a Recebedoria das Rendas Gerais no Campo das Princesas, instalando-se em um prédio da Rua da Concórdia em 1877 e em 1879, foi doado em definitivo ao Instituto Arqueológico. Em 1914, um prédio na Rua Visconde de Camaragibe, atual Rua do Hospício, sediou o Instituto, sendo inaugurado em 1920, abrigando o IAHGP até hoje (www.institutoarqueologico.com.br/historico.php Acessado em 03/06/2020).

⁶ Por seu pioneirismo como centro de estudos históricos na então província de Pernambuco, o IAHGP recebeu uma grande quantidade de documentos oriundos de várias instituições públicas, entre os quais as Atas da Câmara do Recife e os ofícios da Presidência da Província. Ao se firmar como centro de pesquisa o IAHGP recebe, durante o século XIX, cópias dos fundos documentais da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais auferidos a partir de uma “missão de resgate documental” financiada pela Assembleia Provincial. A partir do século XX, diversos pesquisadores contribuíram para ampliação da coleção de documentos históricos com a aquisição na Europa e em todo Brasil de papéis de interesse para Pernambuco (www.institutoarqueologico.com.br Acessado em 03/06/2020).

Iniciando a experiência no museu em seu hall de entrada, o visitante, normalmente é abordado por um guia que apresenta um breve relato sobre a história do IAHGP, antes de conduzir o visitante as diversas salas de exposição. Vale a pena mencionar que neste local, ao lado da escada que conduz ao segundo andar do prédio, temos um expositor com material arqueológico histórico, sendo fragmentos de cachimbo holandês, tijolos e cerâmicas que na maioria das vezes, só é percebido pelo visitante quando o mesmo termina o passeio e desce a escadaria (Figura 4).

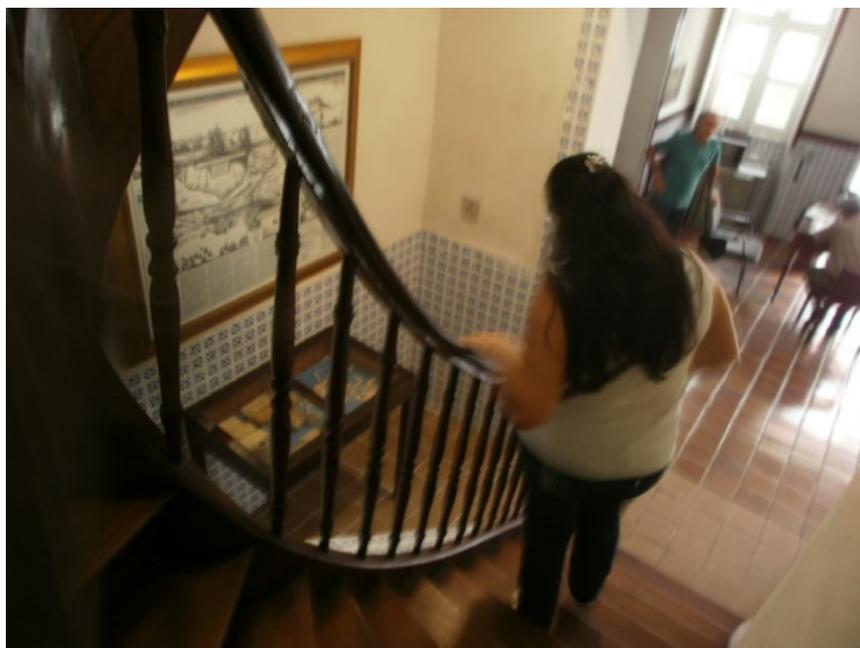


Figura 4: Visitante observando o material arqueológico quando desce a escada. **Autoria:** Rosemary Cardoso

Ao conduzir o visitante a cada uma das salas e espaços do museu⁷, o guia apresenta alguns fatos históricos correlacionados aos objetos expostos naquele ambiente, em seguida, o visitante tem a oportunidade de continuar sua visita sozinho para apreciar a coleção; e caso o mesmo tenha alguma dúvida, é esclarecido.

As experiências que cada visitante tem com a exposição são diversas, observamos desde conversas e olhares atentos direcionados às mobílias até demonstração do desejo de possuir tais peças. Na área externa, onde estão expostos os canhões, materiais construtivos e ornamentos de antigas construções da região, os visitantes que são moradores da grande Recife fazem questão de manifestar que conhecem o lugar, a edificação de origem daquele objeto que está exposto, demonstrando a intenção de estabelecer um vínculo com o patrimônio cultural e histórico exposto. Mas também observa-se que há maior interesse por parte dos visitantes nos objetos em destaque na exposição, seja pela localização que os mesmos se encontram, seja por suas grandes dimensões ou apelo estético (mobílias, canhões), que tendem a ser valorizados no discurso expográfico desse museu.

⁷ O acervo do IAHGP está distribuído em oito salas com temáticas distintas, dedicadas as “lutas libertárias”, imprensa, e mobiliário pernambucanos, ao período imperial entre outros temas associados ao cotidiano das famílias pernambucanas.

CARDOSO, Rosemary Aparecida; AMARAL, Alencar de Miranda. *Pessoas, objetos e museus: percepções do público visitante sobre os artefatos arqueológicos expostos em museus recifenses. Cadernos do Lepaarq, v. XVII, n.34, p. 183-208, Jul-Dez. 2020.*

Quanto a configuração da exposição, observamos que não há uma inserção contextualizada⁸ dos artefatos arqueológicos⁹ nos diferentes espaços do museu. Por exemplo, urnas funerárias e machados de pedra polida, estão expostos na “Sala do Mobiliário Pernambucano II”, ao lado de móveis fabricados e ou utilizados pelas famílias pernambucanas no século XIX e de liteiras, identificadas como “cadeiras de arruar”, usadas pelos escravocratas locais. O que induz o visitante a não se ater, e as vezes nem notar estes objetos (Figura 5 e Figura 11).



Figura 5: Visão ampla da sala, na área centro as cadeiras de arruar. **Autoria:** Rosemary Cardoso

MUSEU MILITAR FORTE DO BRUM (MMFB)

O Museu Militar Forte do Brum, localizado na Praça Comunidade Luso Brasileiro, s/n, no Recife Velho, está instalado em uma fortificação cuja construção remete ao ano de 1629¹⁰. O museu foi inaugurado em 1987 e desde então está vinculado ao Exército, sendo seu objetivo homenagear

⁸ Sobre o material arqueológico, os guias relatam todas as informações disponíveis, contudo eles fazem uma apresentação separada da narrativa geral da sala/ambiente.

⁹ Dentre os artefatos arqueológicos existem diversas peças do período pré-colonial e pós-colonial provenientes de sítios terrestres e subaquáticos. Estando em exposição fragmentos de cerâmica e louça de uso cotidiano de origem portuguesa, holandesa e luso-brasileira; cachimbos holandeses e portugueses; tijolos do período holandês; moedas e objetos de metais (armas brancas, projetis de armas de fogo, chaves, colheres) do período colonial; material lítico polido (lâminas de machado e mãos de pilão); material lítico lascado (pontas de projétil); urnas funerárias e materiais construtivos.

¹⁰ Em 1629 Diogo Pais iniciou a edificação do forte na estrada do Porto do Recife; local estratégico onde os navios, após contornarem os arrecifes, necessariamente aprovam indo em direção ao forte, o que lhes conferia uma extraordinária condição defensiva. Na ocasião o forte foi artilhado com dois canhões de vinte e quatro libras; um de dezoito; um de dezesseis; um de dez libras; além de duas bombardas, num total de quatorze peças. Em 1667, o forte é restaurado pelo governador Bernardo de Miranda Henriques. A maior dificuldade encontrada para a sua restauração foi a falta de matéria-prima e os arrecifes tornaram-se a sua principal fonte. A reconstrução foi concluída em 1690 e as obras complementares estenderam-se até 1715. Na reconstrução foi erguida uma capela, em homenagem a São João Batista, o que conferiu à fortificação o nome de Forte de São João Batista do Brum (ALBUQUERQUE, 2007).

e retratar a participação de soldados nordestinos na história militar do país.

Seu acervo é composto por diferentes tipos de armamentos e munições, fardamentos e trajes militares, além de itens que remetem à participação dos pracinhas brasileiros na segunda Guerra Mundial. O museu também dispõe de um rico acervo arqueológico proveniente das escavações realizadas no Forte do Brum em 1985, pelo arqueólogo Marcus Albuquerque. Na ocasião, esta coleção recebeu tratamento, análise e catalogação do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, que ainda hoje continua a fornecer consultoria para a conservação e preservação do acervo.

Os trabalhos arqueológicos realizados no local integraram o projeto de restauração do edifício, e revelaram os seus diferentes períodos de ocupação, bem como as alterações estruturais realizadas ao longo dos séculos, fornecendo indícios sobre a vida das pessoas que construíram e lutaram nesta fortificação (ALBUQUERQUE, 2007). Assim, a coleção arqueológica é composta por munições, cápsulas, projéteis de canhões, pistolas, mosquetes, molde para fabrico de projéteis, eixos para suporte de canhões, plaquetas de cota, insígnia de artilharia, abotoadoras, botões de farda, capacetes, objeto de cavalaria, lâmina, corpo de Espada, peças de jogos, dados, chumbadores, dobradiças, ferragem de uso cotidiano, ferramentas diversas, ferro de marcar, foice, pregos e cravos, corrente de barril, ferro de passar, adorno de portada, moedas, cerâmicas da tradição portuguesa, louças, faianças; piteiras, cachimbos (da tradição holandesa, luso brasileiro); esqueleto de um Soldado (com enxoval: terço de osso, balas de mosquetes, medida de pólvora), fragmentos de leques de osso, líticos (utilizado em pederneiras), entre outros (ALBUQUERQUE, 2007) (Figura 6).



Figura 6: Louças, piteira e cachimbos de tradição holandesa. **Autoria:** Rosemary Cardoso

Parte deste acervo está exposto em meio às dez salas que o museu dedica a história militar de Pernambuco e aos soldados nordestinos. Merecendo destaque a presença de artefatos evidenciados durante a escavação do forte (projeteis, munições, espadas, laminas, fragmentos de uniformes, etc)

na “Sala da Força Expedicionária Brasileira” (FEB), dedicada a participação do Brasil na Segunda Guerra; e na Sala “Assim nasceu a Pátria”, voltada a Batalha dos Guararapes, onde temos além de balas de canhões dispostas no chão e expositores com fragmentos arqueológicos, uma vitrine expondo o esqueleto e o enxoval funerário (terço de osso, balas de mosquetes, medida de pólvora) de um soldado que lutou a Batalha dos Guararapes (ALBUQUERQUE, 2007) (Figura 7).



Figura 7: Esqueleto do soldado da Batalha de Guararapes. **Autoria:** Rosemary Cardoso

Integram o roteiro de visitação a área das muralhas; o pátio interno do forte, onde estão localizadas estruturas arqueológicas identificadas como poços para armazenamento de água ou suprimentos (Figura 8); a parte superior do Forte ( rea para defesa e ataque com 17 canhões); o pátio externo com canhões e com o “Fosso de Proteção”.



Figura 8: Pátio interno do Forte com os poços. **Autoria:** Rosemary Cardoso

Após adentrar no forte, a visitação tem início na sala de palestra, onde são relatadas brevemente a história do Forte Brum, do museu e algumas informações sobre as funções militares atuais deste local. Em seguida, o público é convidado a conhecer as diferentes salas de exposição¹¹.

De modo geral, os visitantes demonstram interesse por todas as salas e artefatos, mas, normalmente, o grupo de objetos que atrai muito a atenção do público é o dos armamentos. Na sala de armas, em algumas ocasiões, a curiosidade dividia espaço com o receio, quando acompanhamos um grupo de estudante do ensino fundamental, ouvimos frases como: “esta arma ainda funciona?”; “está carregada?”; “é melhor não chegar muito perto”, porém cada vez que o guia começava a passar uma informação sobre as armas, todos se aproximavam para ouvir.

Para as visitas escolares, o museu prepara uma atividade específica, os alunos assistem uma palestra e um filme sobre o museu, em seguida é proposto uma brincadeira, o guia mostra a foto de um objeto (que é um Saca-trapo, artefato encontrado nas escavações do Forte Brum) e desafia os estudantes a localizarem durante a visitação o objeto mostrando, quando isso ocorre, o “descobridor” é convidado a ler para todos os presentes um texto sobre a definição e história do tal artefato. Algumas pessoas passam a visitação inteira procurando o saca-trapo, outros preferem para deixar a busca para o final, e assim o entra e sai se intensifica, pois, a maioria quer encontrar a peça.

Há uma grande presença e visibilidade das peças arqueológicas na exposição deste museu, entretanto, o material fragmentado não é muito utilizado na apresentação do guia como meio para abordar a escavação ocorrida neste forte, contudo, as inferências sobre a escavação e até mesmo sobre a arqueologia são realizadas quando é demonstrado o poço, o fosso e as estruturas do prédio que passaram por escavações verticais e deixadas visíveis nas “Janelas do tempo¹²”. Como veremos a seguir o discurso expográfico não é o único responsável pela experiência que os visitantes terão no museu, mas tal discurso pode influenciar em um primeiro momento o que o público verá inicialmente da coleção.

COLETA DE DADOS

Gostaríamos de destacar que os dados aqui problematizados foram coletados no ano de 2012, o que, a princípio, pode levantar questionamentos sobre a “atualidade” ou “relevância” dos mesmos. Deste modo, alguns apontamentos são necessários. Num primeiro momento, cabe frisar que a organização expográfica das instituições museais aqui abordadas não foi alterada nos últimos 8 anos, tendo as exposições permanentes mantido a mesma forma de apresentação do

¹¹ A exposição do museu é dividida nas seguintes salas: Sala da FEB (Força Expedicionária Brasileira), com exposição de Armamentos; Sala “Soldado nordestino contra o intento comunista” com quadros e Jornais Diário de Pernambuco de 1935; Sala “Soldado nordestino e a guerra da Tríplice Aliança”; Sala da Bandeira, intitulada “O Forte Brum na revolução de 1817 na confederação do Equador”; Sala de exposição temporária para temas correlacionados a história militar; Sala com quadros da Capitania de Pernambuco e mapa com a localização dos fortes de Recife/PE. Sala dos Uniformes do Exército; Sala com o Quadro da Batalha de Guararapes.

¹² Quando ocorre uma escavação vertical, em uma parede, edifícios e muros, por exemplo, é adotado a expressão Janela do tempo para nomear as partes sem reboco que o arqueólogo deixando a mostra o material e a fase construtiva, permitindo que todos possam conhecer detalhes históricos e arquitetônicos da construção.

acervo observada durante o trabalho de campo. Quanto ao perfil do público, que apresentaremos posteriormente, estamos cientes que o mesmo representa o recorte de um momento particular, e que algumas mudanças provavelmente ocorreram, entretanto, é preciso reconhecer que as abordagens sincrônicas são amplamente empregadas nas Ciências Sociais, especialmente naquelas com viés etnográfico, visto que analisar relações sociais em um dado momento do tempo além de fornecer um recorte histórico, possibilita a compreensão e/ou problematização das “estruturas” (LEVI-STRAUSS, 2008) ou das “teias de significados” (GEERTZ, 1989) intrínsecas a sociabilidade humana.

Por fim, gostaríamos de ressaltar, que assim como Tarrant e Hughes (2020), consideramos que a “distância temporal” dos dados não se configuram como “déficits analíticos inevitáveis”, e que pelo contrário “esta ‘distância’ pode oferecer oportunidades para novos insights de formas nem sempre disponíveis para os pesquisadores próximos aos contextos formativos da pesquisa”. Nas Ciências Sociais esta perspectiva tem sido cada vez mais não apenas defendida, como também balizada teórica e metodologicamente, por autores que empregam a análise secundária qualitativa (*qualitative secondary analysis*, QSA¹³); o que segundo Tarrant e Hughes (2020) tem contribuído para superar-se o “debate das questões sobre se devemos reutilizar os dados para questões de como os dados podem falar além dos contextos de geração original”.

Deste modo, defendemos que a “distância temporal” de nossos dados não inviabiliza seu uso enquanto fonte adequada para discutirmos a (in)visibilidade dos artefatos arqueológicos em contextos museais, ou problematizar questões atinentes aos processos de construção de narrativas e significados catalisados por esses objetos.

Isto posto, cabe informar que nossa amostra foi gerada através do acompanhamento tanto de visitas previamente agendadas quanto esporádicas, sendo que o número de pessoas dispostas a contribuir com a pesquisa variou em cada um dos museus. Todavia, acreditamos que os dados coletados ofertam um panorama representativo¹⁴ do público que visita esses museus, tendo sido entrevistadas 84 pessoas no Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel, 89 pessoas no Museu Militar Forte do Brum e 15 pessoas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Para a coleta de dados quantificáveis que nos auxiliassem na delimitação do perfil dos visitantes, optamos pela utilização de categorias relacionadas a faixa etária, origem e escolaridade. Elencamos esses critérios, na tentativa de compreender se e como os mesmos podem influenciar o modo como as pessoas entendem, interpretam e interagem com o acervo museal, e especificamente com o patrimônio arqueológico.

Quanto a faixa etária optamos por subdividir o público em: Crianças –faixa etária entre 10 a

¹³ Para mais informações sobre QSA ver: IRWIN e WINTERTON, 2011; TARRANT e HUGHES, 2020b.

¹⁴ Analisando a taxa de assinatura e/ou de livro presença de cada instituição calculasse que média de visitação semestral nos anos de 2010 e 2011 foi de cerca de 2100 visitantes no Centro Cultural Judaico de Pernambuco: Sinagoga Kahal Zur Israel; 1500 visitantes no Museu Militar Forte do Brum, e 325 visitantes no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

13 anos¹⁵; Jovens – faixa etária entre 14 a 21 anos; Adultos – maiores de 22 anos; Idosos – maiores de 60 anos de idades.

Neste caso, um de nossos objetivos foi perceber se as experiências acumuladas ao longo da vida contribuiriam para uma maior identificação dos artefatos arqueológicos; ou, se o maior acesso às informações, marcante nas últimas gerações, também tem contribuído para o processo de reconhecimento destes objetos.

Sob a denominação de origem buscamos identificar tanto a procedência do visitante, quanto o mote principal para sua ida aos museus. Deste modo foram estabelecidos três grupos: Visitantes locais: moradores da cidade de Recife que espontaneamente se dirigem às instituições museais, encaradas como um espaço de cultura e lazer; Grupos Escolares ou Estudantes: alunos de escolas e universidades locais levados aos museus através da iniciativa das instituições de ensino; Turistas: pessoas que não residem na cidade, geralmente, a visita aos museus integra algum roteiro ou programação (oferecido por empresas especializadas ou formulado autonomamente ou com a ajuda de amigos residentes no município) destinado a apresentar locais icônicos do município.

Outra categoria utilizada para classificação do público visitante foi o grau de instrução formal ou escolaridade. Ao optarmos por esse critério não estamos sugerindo que as pessoas com maior acesso à educação formal tenham uma melhor compreensão ou respeito ao patrimônio arqueológico, todavia, buscamos entender se há uma correlação entre escolaridade e o acesso aos bens culturais. Assim, quanto à escolaridade o público visitante foi dividido em: Analfabetas – pessoas que não tiveram acesso à educação formal; Ensino Fundamental – concluído ou em curso; Ensino Médio – concluído ou em curso; Ensino Universitário – concluído ou em curso.

Quanto ao levantamento de informações que nos auxiliassem no levantamento e análise das percepções dos visitantes a respeito do patrimônio arqueológico musealizado, optamos pela adoção de entrevistas semi-estruturadas, visto que essa ferramenta de coleta de dados facilita a promoção de diálogos direcionados com os colaboradores (MINAYO, 1993). Assim, durante as conversas informais, temas ou questionamentos eram realizados, sendo que os interlocutores tinham total liberdade na elaboração de sua resposta, não estando tolhidos a responder apenas sim ou não. Neste sentido, além de dados quantitativos, as entrevistas semi-estruturadas se mostraram eficazes na coleta de dados qualitativos.

Objetivando gerar uma gama variada de informações, as entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos, cada qual voltado a uma temática e objetivos específicos. O primeiro momento foi dedicado ao levantamento das características gerais do público, bem como seu conhecimento prévio de temas correlatos à Arqueologia. Esta abordagem inicial se deu na entrada dos museus, portanto, antes do visitante percorrer as dependências da instituição.

Nesta etapa, além de questões atinentes ao perfil do visitante (faixa etária, escolaridade,

¹⁵ Cabe destacar que optamos por não entrevistar as crianças menores de 10 anos, por considerarmos que neste caso seria necessária uma abordagem diferenciada, mesmo que a metodologia adotada (entrevista semi-estruturada) permita uma flexibilidade maior na realização das entrevistas; além disso, consideramos que o público acima de 10 anos seria mais adequado aos objetivos da pesquisa, devido a maior possibilidade de terem tido contatos com temas associados a Arqueologia na escola ou meios de comunicação e entretenimento.

motivação da visita e origem), a entrevista foi conduzida a partir de cinco perguntas guias, que poderiam ser formuladas de diferentes maneiras durante a conversa, mas que de modo geral objetivavam saber: O que é Arqueologia? O que é Patrimônio Arqueológico? O entrevistado visitou outro museu em Recife? Quais museus foram visitados anteriormente? Neste outro museu visitado, havia artefatos arqueológicos em exposição?

Estas indagações foram realizadas tanto com o intuito de sondar se o (des)conhecimento prévio de nossos interlocutores a respeito da Arqueologia influenciaria ou não na identificação das peças arqueológicas expostas; quanto com o objetivo de identificar se o visitante já havia vivenciado outras experiências que lhe proporcionaram o contato com o acervo arqueológico musealizado em Recife¹⁶.

Posteriormente, ao término da incursão pelas dependências dos museus, era realizada a segunda etapa da entrevista. Neste momento, a conversa foi direcionada à realidade desvelada durante a apreciação do acervo das instituições em questão¹⁷, privilegiando o patrimônio arqueológico. Assim, seis perguntas nortearam a fase conclusiva da entrevista: Entre os objetos expostos havia algum artefato arqueológico? Quais? Qual é a atratividade ou visibilidade dos artefatos arqueológicos? Depois da visita ao museu, ficou claro o que é Arqueologia? A partir da exposição, qual é a importância da Arqueologia? Por que e pra que este acervo está alocado neste museu? Qual relação que o material arqueológico tem com a tua história?

Nesta segunda etapa da conversa buscamos avaliar se a narrativa expográfica destes museus valorizavam e/ou permitiam o reconhecimento da origem arqueológica de seus acervos, colaborando assim para a publicização do conhecimento arqueológico e superação da estratigrafia do abandono. Além disso, almejamos identificar os parâmetros empregados por nossos colaboradores na elaboração de narrativas e/ou interpretações sobre os artefatos expostos.

Por fim, cabe esclarecer que a documentação destas informações foi realizada através de um protocolo de registro, no formato de ficha, que possuía áreas destinadas tanto a anotação de dados quantificáveis e/ou relativos ao perfil dos entrevistados, quanto a transcrição de falas ou opiniões. Este protocolo, não possuía o formato de questionário, e era preenchido pelos pesquisadores durante as conversas, como uma espécie de “caderno de campo”, idealizado para facilitar o registro, tabulação e posterior análise das informações. Optamos por abordar esses dados de forma conjunta, dando mais atenção a identificação de temas ou posicionamentos recorrentes e compartilhados do que a análise aprofundada de falas individuais, entretanto, em alguns momentos recorreremos a exemplos específicos para problematizar como a relação dos visitantes com os objetos arqueológicos musealizados são mediadas por fatores como religiosidade, história familiar, memória, entre outros.

¹⁶ Isto foi possível graças a realização prévia de um inventário dos objetos arqueológicos presentes em 30 instituições museais de Recife (para mais informações sobre o inventário ver CARDOSO, 2013), o que nos permitia identificar se o museu indicado pelo entrevistado contava ou não com artefatos arqueológicos em seu acervo.

¹⁷ Vale frisar que todos os nossos interlocutores participaram das duas etapas das entrevistas, e que apenas os acompanhávamos à distância durante a visitação, não estimulando a interação, mas conseguindo registrar atitudes e comentários.

DISCUSSÃO DOS DADOS

PERFIL DOS VISITANTES

Com o auxílio das atas de presença, pudemos observar que o CCJPE-SKZI apresenta a maior média de público entre as três instituições; e as entrevistas demonstraram que há uma grande quantidade de turistas (65%) entre o público visitante deste museu. O que em parte pode ser explicado por sua integração no perímetro turístico do Recife Antigo, bem como sua ampla divulgação nos meios especializados (principalmente entre a comunidade judaica).

A segunda instituição em número de visitantes é o MMFB, mas, ao contrário do que acontece no CCJPE-SKZI, a maior parte do público que frequenta este museu é formada por visitantes locais. Em certa medida, isto se deve ao grande número de visitas escolares (73%), visto que o MMFB mantém parcerias com instituições de ensino, e tem sido amplamente utilizado como instrumento pedagógico que auxilia no estudo da história local.

No IAHGP observamos uma maior proximidade entre o número de visitantes locais (49%) e turistas (51%), além de um menor fluxo de pessoas. Essa instituição é mais percebida como um centro de pesquisa, diferentemente das outras duas instituições, que são percebidas também como centro de cultura e lazer, o que justificar a diferença no fluxo de visitante.

Quanto a faixa etária do público entrevistado observamos grande diversificação. Tendo sido entrevistadas 5 crianças, 116 jovens, 34 adultos e 33 idosos. Esse grande número de jovens pode ser explicado pelo fato de aproximadamente 70% do público visitante entrevistado ser constituído por pessoas que integravam grupos escolares de instituições públicas e particulares. Principalmente estudantes do ensino fundamental e médio, que faziam visitas temáticas correlacionadas com as disciplinas acadêmicas. Aproximadamente 22% dos entrevistados eram pessoas que já concluíram o ensino fundamental e/ou o ensino médio, sendo que os universitários entrevistados (que também foram contabilizados juntamente com os grupos escolares) atingiram a marca de aproximadamente 8% do público total, merecendo destaque a presença de alunos dos cursos de História e Turismo de faculdades locais.

Estes dados sugerem que, de modo geral, os museus supracitados têm sido percebidos e utilizados como espaços aptos a realização de atividades pedagógicas pelas instituições de ensino público e particulares de Recife. Normalmente a presença do público escolar nesses museus está atrelada a atuação de professores de História, que buscam empregar os acervos e espaços visitados como meios para ilustrar os conteúdos apresentados em sala de aula. Um dos professores entrevistados durante a visita ao MMFB informou que sempre buscava organizar “excursões” ao museu, especialmente quando apresentava aos alunos os conteúdos relacionados às “invasões holandesas”. Segundo ele, as visitas eram importantes pois permitiam aos alunos “perceber como o forte era construído e estava organizado, além de ver os armamentos que eram utilizados na época”, e assim, ter uma ideia de como eram as batalhas que ocorreram naquele período.

Por fim, cabe destacar a ausência de entrevistados analfabetos. Acreditamos que esta

realidade não está relacionada a falhas nos meios de seleção da amostra, mas sim, refletem mais uma triste faceta de nossa realidade social. Demonstrando que ao cidadão que foi tolhida a oportunidade de uma educação formal, normalmente, é dificultado, se não negado, um usufruto pleno dos bens culturais.

De um modo geral, podemos afirmar que as três instituições museais recifenses pesquisadas recebem um quadro diversificado de visitantes. Que engloba pessoas de diferentes faixas etárias, que se dirigem aos museus seja em busca de entretenimento e lazer ou como parte de sua formação escolar.

Um dado importante revelado pela amostra selecionada é que o público destes museus é formado quase que igualmente por turistas e visitantes locais, com exceção do CCJPE-SKZI. Com isto, podemos inferir que, de certo modo, os moradores de Recife (mesmo que influenciados pelas instituições educacionais) veem as instituições museais como uma opção que conjuga aprendizado e lazer.

Contudo, é desolador que este quadro não seja a realidade para a totalidade de nossa comunidade. Pois, como demonstrado durante a coleta de dados, uma parcela da comunidade local (analfabetos, e acreditamos que, por conseguinte, as camadas mais pobres de nossa população) está alijada dos espaços museais, não tendo acesso aos seus bens culturais e, portanto, desconhecendo o patrimônio arqueológico ali alocado.

A PERCEPÇÃO DO PÚBLICO SOBRE A ARQUEOLOGIA E OS OBJETOS ARQUEOLÓGICOS MUSEALIZADOS

Para além de traçar um perfil do público visitante, através das entrevistas conseguimos elencar dados sobre as percepções a respeito dos objetos arqueológicos expostos. Deste modo, é possível compreender e problematizar se a maneira como o patrimônio arqueológico é empregado nas instituições museais de Recife contribui para a superação da “estratigrafia do abandono” (BRUNO, 1999).

No momento inicial das entrevistas, buscamos sondar se nossos interlocutores tinham visitado outros museus na cidade; nosso objetivo era investigar se o visitante já havia tido contato com o patrimônio arqueológico musealizado¹⁸. Em seguida, perquirimos, sob a forma de indagações diretas, se o visitante reconheceu os artefatos arqueológicos expostos nos outros museus. Esta etapa da entrevista foi essencial para nos auxiliar a compreender o papel delegado aos artefatos arqueológicos no contexto expográfico dos museus recifenses, bem como perceber a visibilidade do patrimônio arqueológico musealizado.

Interessante observar que a grande maioria dos entrevistados (70%), apesar de terem visitado museus com patrimônio arqueológico em seu acervo, respondiam que não haviam percebido a presença destas peças abrigadas naquelas instituições. Contudo, era comum, ao término da visita,

¹⁸ A partir da indicação do nome do museu anteriormente visitado pelos entrevistados, podíamos identificar se o mesmo integrava a lista das 14 instituições museais de Recife que possuem objetos arqueológicos em seus acervos e/ou exposições. Bem como, tem uma noção de quais experiências os mesmos tiveram nestas instituições.

ao longo do segundo momento da entrevista, os colaboradores reconhecerem os artefatos expostos, bem como associá-los a objetos vistos em outros museus.

Observamos que entre os estudantes de Ensino Fundamental e Médio o número de pessoas que conheciam outras instituições museais era alto (85%). Todavia, o reconhecimento do material arqueológico anteriormente observado não mantinha a mesma frequência (20%). Entre aqueles que se recordavam dos artefatos, ou associavam tais objetos a este tipo de patrimônio, predominavam alunos do Ensino Médio que se lembravam de “machados de pedras”, “cacos de panelas” e “coisas de índios”.

É relevante observar que muitas vezes os acervos etnográficos são confundidos ou associados ao patrimônio arqueológico. A intrínseca relação entre a Arqueologia pré-colonial e as comunidades indígenas pretéritas de nosso país sem dúvidas estimulam esta situação, contudo, o que cabe destacar é a fragilidade das estratégias exposigráficas ao realizar esta diferenciação e promover o patrimônio arqueológico em sua especificidade.

Adultos e idosos, com diferentes escolaridades, demonstraram melhor desempenho que os jovens ao se lembrarem dos artefatos expostos em outros museus; contudo, este número também foi baixo (35%). Cabe destacar que o grau de escolaridade pouco ou nada influenciou no reconhecimento dos objetos, sugerindo que as informações a respeito deste acervo têm fraca introjeção nos diferentes tipos de público.

Sobre os idosos, ainda merece destaque, a escolaridade, 100% dos idosos entrevistados, ou seja, 33 pessoas têm uma formação acadêmica (a graduação completa), sugerindo assim que entre os idosos quanto maior a escolaridade, maior o interesse e/ou o acesso as instituições museais.

A princípio, os dados demonstram que o patrimônio arqueológico exposto nos 3 museus estudados tem pouca visibilidade ou reconhecimento enquanto tal. Contudo, observa-se que os visitantes reagem positivamente, tentando se lembrar dos objetos ou os associando à Arqueologia, ao menor estímulo impetrado durante as entrevistas.

Outro fato evidenciado durante as entrevistas é que a Arqueologia raramente é lembrada ou percebida enquanto ciência (40%). Majoritariamente, a imagem da Arqueologia construída pelo público visitante estava pautada nas concepções apresentadas pelos meios de comunicação (televisão, cinema, internet, filmes e revistas). Prevalecendo um ideário ficcional vinculado aos filmes de “Indiana Jones”, personagem que foi constantemente lembrado durante as entrevistas, principalmente pelos adultos e idosos.

Sobre esse tópico em específico, percebemos que os adultos e idosos com curso universitário com maior frequência reconheciam (60%) a Arqueologia enquanto disciplina acadêmica. Contudo, mesmo entre este seletivo grupo, poucos eram aqueles que durante as conversas demonstravam algum conhecimento sobre as áreas de atuação e métodos utilizados pelos arqueólogos.

Outro aspecto abordado foi a importância da proteção e divulgação do patrimônio arqueológico. Para tanto, os entrevistados eram questionados: “Por que e pra que este acervo está exposto neste museu?” A maioria do público visitante era categórica em responder que aqueles objetos estavam nos museus, pois deveriam ser preservados já que eram importantes. Outra

resposta comum é que eles faziam parte da história do país e deveriam ser vistos. Contudo, durante o acompanhamento das visitas era comum ouvirmos as pessoas perguntando entre si ou aos guias: O que é isto? Para que serve? Porque isto está guardado em um museu?

Independente da escolaridade, os entrevistados reconheciam os artefatos arqueológicos enquanto objetos importantes ou dotados de significado histórico, principalmente no que se refere a história local. Contudo, tinham dificuldade em expressar, ou perceber, por exemplo, porque ou como aquela peça exposta no museu estava vinculada à formação de nossa identidade sociocultural.

Os entrevistados também tiveram dificuldades em argumentar: “A partir da exposição museografica, qual é a importância da Arqueologia?” Contudo, grande parte dos entrevistados afirmava que a Arqueologia era importante (60%), pois nos ajudava a conhecer nossa história e encontrava objetos “valiosos” a serem expostos nos museus.

Ampliando a discussão iniciada com a pergunta anterior, questionamos nossos interlocutores se: “Depois da visita ao museu, ficou claro o que é Arqueologia?”. Entre o público entrevistado, os adultos com curso universitário construía um discurso mais coeso e consistente a respeito da importância da Arqueologia. Mas eles também confessavam que em muitos casos, a forma como os objetos arqueológicos estavam expostos ou eram explorados pelos museus, não contribuíam para a divulgação da relevância das pesquisas arqueológicas.

Também observamos que de uma forma geral, houve diferença nas repostas dos visitantes dos três museus. No CCJPE-SKZI e no MM-FB os entrevistados conseguiam formar uma ideia geral sobre o que é Arqueologia a partir das intervenções arqueológicas realizadas nas dependências destes museus. Já no IAHGP, apesar do visitante rapidamente identificar os artefatos arqueológicos (especialmente as lâminas de pedra polida), eles tinham maior dificuldade em expressar de forma clara o que é Arqueologia ou quais seus ramos de atuação e interesse.

Percebemos, portanto, que os meios de divulgação adotados pelos museus em questão atingem o propósito quanto à valorização (ou pelo ao menos o reconhecimento da importância) do patrimônio arqueológico. Contudo, suas estratégias ainda são deficitárias no que tange à explicação sobre a relevância e especificidades das pesquisas arqueológicas que aconteceram nesses espaços, ou geraram objetos que estão em seus acervos.

Esta situação não deve ser creditada ao desinteresse dos responsáveis pela organização das exposições ou realização das visitas guiadas, nem dos administradores. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que nos museus aqui mencionados a Arqueologia não campeia como tema principal a ser abordado pelas instituições. Porém, vale lembrar que grande parte do acervo e da estrutura ocupada por dois dos museus analisados, são fruto de pesquisas arqueológicas de grande vulto, que sem dúvida podem e devem contribuir não só para o aprimoramento dos meios de comunicação adotados por essas instituições, como também para a divulgação da Arqueologia enquanto labor científico e dos artefatos arqueológicos enquanto patrimônio histórico-cultural do país.

Mais uma vez gostaríamos de ressaltar que não é objetivo do presente trabalho indicar “responsáveis” por possíveis falhas nas instituições em questão. Pelo contrário, o que pudemos observar ao longo do desenvolvimento de nossa pesquisa foi a dedicação e o compromisso destas

instituições em desenvolver o seu trabalho da melhor forma possível.

Acreditamos que a realidade acima mencionada revela a importância do diálogo entre Arqueologia e Museologia. A interação de profissionais destas duas áreas, e a formulação de projetos conjuntos, sem dúvidas pode contribuir para o aperfeiçoamento das estratégias de comunicação direcionadas ao patrimônio arqueológico presente nos espaços museais. Sendo preciso reconhecer e ressaltar o papel dos museus como um dos meios de acesso e divulgação do patrimônio arqueológico ao grande público.

Por fim, a derradeira pergunta de nossa entrevista (Qual relação que o material arqueológico tem com a história e com a tua vida?), nos trouxe elementos importantes para refletirmos sobre os aspectos que permeiam as relações estabelecidas entre os visitantes e os objetos arqueológicos em contextos museais. Inicialmente é interessante indicar que obtivemos uma gama muito variada de respostas, por vezes contraditórias.

Por exemplo, era comum os colaboradores apresentarem uma resposta negativa à pergunta, dizendo que os objetos arqueológicos “não têm nada a ver com a minha vida”. Todavia, durante nosso acompanhamento e observação das visitas era comum ouvirmos frases como: “Antigamente a casa dos meus avós também tinha o piso feito de tijolos”; “Meu pai disse já ter encontrado, quando criança, cachimbos iguais a esse num campinho perto lá de casa”; “As balas e os canhões são iguais as daqueles filmes de pirata”; “Se eu soubesse que panela de barro é importante, tinha trazido minha vó aqui no museu para ela ensinar como fabricar as panelas”, entre outras frases.

Assim, ao acompanharmos diversas visitas e conversarmos com diferentes pessoas pudemos perceber que a relação sujeito/objeto arqueológico musealizado está pautada em uma espiral ininterrupta de significação e (re)significação, contribuindo para a manutenção e ampliação da “antropofagia da memória e do patrimônio” (CHAGAS, 2005). Como analisado por Moraes Wichers (2010), os objetos arqueológicos ao serem “devorados” passam a ter novos valores, regidos pelos mais variados interesses, tanto da instituição museal quanto dos próprios arqueólogos; sendo que consideramos que o público visitante também participa deste “festim antropofágico”.

Nesse contexto, os objetos arqueológicos são (re)significados e compreendidos a partir da experiência particular de cada visitante. Ou seja, como proposto por Costa (2014), podemos perceber que as narrativas e interpretações dos visitantes a respeito dos artefatos expostos nos museus pautam-se em uma “memória cultural” herdada, que “faz referencia a saberes passados de geração em geração, com o auxílio de mnemônicas culturais” (COSTA, 2014, p. 289). Assim, a relação estabelecida com os objetos expostos é mediada pelo *background* religioso, sociocultural, e pela história de vida do visitante, visto que é no contexto dessas relações sociais que construímos nossas narrativas, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Deste modo, esses aspectos irão intermediar, ou guiar, a maneira como os visitantes concebem e se relacionam com os objetos arqueológicos musealizados. Por exemplo, durante o levantamento dos dados pudemos perceber que, em certas ocasiões, os artefatos arqueológicos “perdiam” sua conotação científica e histórica e passavam a ser percebidos, assimilados e aceitos como “objetos religiosos”.

Essa situação foi constantemente observada durante as visitas de adeptos do judaísmo ao CCJPE-SKZI. Para os visitantes judeus, as instalações do museu são encaradas como um local sagrado, um templo, cujo significado religioso é reforçado pelo uso do quipá, que está disponível logo na entrada do museu e que foi utilizado por todos que se declararam judeus durante as visitas que presenciamos (Figura 9). Mesmo entre os visitantes não judeus, pudemos observar que os aspectos religiosos também assumem um papel importante na interação com o acervo, sendo recorrente durante a passagem pela sala onde se encontram o Bor e o Mikve, comparações com o ritual cristão do batismo, sendo que algumas pessoas chegaram a perguntar ao guia se aquelas estruturas seriam “a pia batismal dos judeus”.



Figura 9: Visitante usando o quipá. **Autoria:** Rosemary Cardoso

Outra demonstração da influência do aspecto religioso na relação sujeito/objeto arqueológico musealizado foi registrada durante uma visita ao MMFB. Na ocasião, um visitante evangélico optou por não se aproximar do local onde estavam expostos os restos mortais de um soldado dos Montes de Guararapes (Figura 10). Ele ainda se justificou afirmando que acreditava que a religião e os mortos, deveriam ser tratados com respeito e não ser expostos como um “simples objeto”.



Figura 10: visitante que preferiu não se aproximar do esqueleto exposto. **Autoria:** Rosemary Cardoso.

Já no IAHGP pudemos registrar um visitante que ao perceber, graças a placa de identificação do objeto, que um vaso cerâmico era uma urna funerária, colocou a mão no artefato e em seguida fez o “sinal da cruz” em respeito ao “objeto de valor religioso” (Figura 11). Ao conversarmos sobre o ocorrido durante a entrevista, esse colaborador destacou que não sabia que os índios tinham religião, e concluiu dizendo ser importante o museu expor as diferentes religiões.



Figura 11: Visitante que tocou o vaso cerâmico exposto. **Autoria:** Rosemary Cardoso

Como discutido por Eliade (1992 p. 14-15), ao longo dos séculos, a relação com o sagrado tem desempenhado um papel importante na forma como os grupos humanos compreendem e significam paisagens, objetos e realidades. Assim, segundo o autor, são a partir de experiências cotidianas que as “hierofanias” acontecem, ou seja, que “o sagrado se revela”, delimitando as fronteiras com o mundo profano (ELIADE, 1992 p. 13). Essas fronteiras podem ser tênues e momentâneas, mas, como proposto por Eliade (1992 p. 13), tem a capacidade de revelar que “objetos que fazem parte integrante do nosso mundo ‘natural’” podem servir para a manifestação do sagrado. De certo modo, nos casos relatados anteriormente, podemos perceber que, para alguns visitantes, os artefatos arqueológicos expostos nos museus remetem a esse contato com o sagrado; promovendo hierofanias que certamente, são mediadas e significadas pela formação e/ou crença religiosa de cada indivíduo.

Do mesmo modo, também pudemos observar que os objetos e as narrativas expográficas adquirem sentido e significado ao serem relacionadas a história familiar ou trajetória de vida dos visitantes. Foram inúmeras as ocasiões que ouvimos diante dos objetos arqueológicos expostos frases como: a minha família tem descendência holandesa; minha bisavó era índia; meu pai é militar; minha família toda é negra; meu nome ou sobrenome aparece nesta lista¹⁹...

Obviamente, todo e qualquer objeto só ganha sentido quando abarcado pela teia de significados que dá vida a uma determinada cultura (GEERTZ, 1989). Isto é, sua função, seu uso, sua fabricação, etc., estão regidos por uma série de regras ou princípios intrínsecos ao contexto sociocultural das pessoas que os fabricaram e utilizaram. Assim sendo, é premente reconhecer que

¹⁹ Em uma das salas do CCJPE-SKZI é apresentada uma lista com nomes dos judeus vinculados a história Pernambucana, e é feita uma atividade lúdica na qual os visitantes devem tentar achar seu nome ou sobrenome nesta lista para saber se a sua família é de origem judaica.

aquilo que chamamos de “artefatos arqueológicos” foram objetos elaborados e utilizados a partir de “lógicas” culturais próprias.

Portanto, ao serem enquadrados pelos arqueólogos na categoria de “artefatos arqueológicos”, esses objetos estão sendo (re)significados, ou melhor, estão sendo “devorados” a partir de critérios próprios à Arqueologia (MORAES WICHERS, 2010). Esta situação se complexifica um pouco mais com a inserção dos artefatos arqueológicos nos espaços museais. Isto porque nos museus, esses objetos estão acessíveis a pessoas com diferentes repertórios culturais, que certamente buscam enquadrá-los ou compreendê-los a partir desses repertórios. Certamente em um país pluricultural e multiétnico como o nosso, o desafio lançado à arqueólogos e museólogos é desenvolver estratégias capazes de permitir que o público visitante possa perceber sua vinculação com os artefatos arqueológicos ali apresentados, contribuindo assim para que o museu deixe de ser “ser apenas um lugar de memória, mas, acima de tudo, um lugar de (re)criação de memórias coletivas” (LIMA, BARRETO e FERNANDES, 2018, p. 154).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As observações por nós realizadas demonstram que quando inseridos em uma exposição museal, os artefatos arqueológicos e os objetos de modo geral, adquirem um caráter polissêmico, sendo constantemente (re)significados e “devorados” não apenas pelos museus e arqueólogos, mas também pelo público em geral. Esta é uma das características fulcrais da relação sujeito/objeto musealizado, pois cada sujeito ao visitar uma exposição, percebe e interpreta os objetos expostos a partir de suas experiências pessoais, assim sendo, as percepções sobre a materialidade ocorrem de múltiplas formas mediadas pelas “memórias culturais” dos indivíduos (COSTA, 2014, p. 289).

Portanto, o objeto arqueológico musealizado não extingue sua relevância no próprio corpo físico ou no espaço do museu, nem tampouco na exposição em si, mas aponta para fora de si, para o mundo, para a vida vivida do visitante. Citando Ramos (2004, p. 18), “ninguém vai a uma exposição de relógios antigos para saber as horas”. Assim, ao integrar uma exposição museal, o objeto perde seu valor de uso imediato: o machado de pedra não serve pra cortar; a ponta de flecha não é empregada em uma caçada. Todavia, apesar de “perderem” suas funções originais ou a vida que tinham no mundo fora do museu, tais objetos ganham uma nova existência e passam a incorporar outros valores e significados regidos pelos mais variados interesses.

Neste sentido, analisar as ideias, as concepções, as experiências transmitidas no contexto museal é lidar com sistemas simbólicos que são constantemente utilizados, absorvidos e recriados. Como destacado por Shanks e Tilley (1992), todo objeto é portador de sentidos e significações. Mas, nem sempre os sentidos e significações ligados à sua gênese são mantidos, gerando a formulação de um novo discurso construído a partir de conceitos e interpretações vigentes no presente.

Portanto, partindo da premissa de que a cultura material é um texto (HODDER, 1999), devemos estar cientes da multiplicidade de leituras e percepções que os objetos arqueológicos musealizados podem engendrar. Um acervo arqueológico pode incorporar múltiplas vozes a serem reverberadas pelas instituições museais. Deste modo, estes artefatos podem contar não apenas a história dos

homens e mulheres que os fabricaram no passado, mas também nos remeterem as nossas vivências.

Acreditamos que esse caráter multivalente dos artefatos arqueológicos expostos nos museus de Recife pôde ser percebido durante as entrevistas realizadas. Como não poderia deixar de ser, as pessoas percebem e dão significado aos objetos expostos a partir de suas lembranças e experiências. Buscando, majoritariamente, associar o patrimônio arqueológico musealizado a momentos ou a situações de sua vida, ou interpretando-os como elementos viscerais de nossa formação sociocultural. Esta situação certamente impõe limites às nossas pretensões de compreender os meandros da “atribuição de sentidos ao próprio objeto”. Contudo, também nos revela a necessidade de elaboração de estratégias de divulgação e valorização do patrimônio arqueológico comprometidas com a multivocalidade e reconhecimento da essência polissêmica destes bens culturais, contribuindo assim para a consolidação de uma “Arqueologia Sensível”, tal como discutido por Lima (2019).

Do mesmo modo, também devemos reconhecer que ao ser musealizado o patrimônio arqueológico passa a congregiar as vozes das instituições que o acolhem. Ou seja, os artefatos arqueológicos musealizados passam a exprimir os interesses, a ideologia, a temática do próprio museu. Desse modo, no CCJPE-SKZI o artefato arqueológico assume a voz da religião e da diáspora judaica; no MMFB incorpora a força da voz de comando dos militares; e no IAHGP nutre a voz de pesquisadores e intelectuais inspirados pela história pernambucana.

Entretanto, apesar de toda essa potencialidade intrínseca aos bens arqueológicos musealizados, podemos perceber que os discursos expográficos dos museus abordados em nossa pesquisa não valorizam ou reconhecem a especificidade do patrimônio arqueológico. Pouca ou nenhuma correlação com a Arqueologia é estabelecida, deste modo, perdemos a oportunidade de empregar esses espaços como catalizadores para divulgação da ciência arqueológica.

Sem dúvidas esta situação não foi intencionalmente promovida pelos responsáveis por essas instituições museais, e até mesmo o “problema” identificado pode nem figurar entre seus anseios ou objetivos. Entretanto, essa situação aponta para uma das principais causas da estratigrafia do abandono, qual seja, nossa dificuldade em publicizar a “sabedoria de arqueólogo”, usando as palavras de Hilbert (2006).

Certamente, apenas a “sabedoria de arqueólogo”, não será suficiente para obliteração deste problema. A cooperação e “sabedoria” de colegas de outras cátedras são fundamentais; assim como a implementação de estratégias de acolhida e valorização da “sabedoria” popular, garantindo o protagonismo que lhe é de direito.

As reflexões aqui apresentadas almejam contribuir para o desenvolvimento de novos olhares sobre a Arqueologia musealizada. Chamando a atenção para a necessidade de rompermos com os discursos monológicos das exposições museais, e fomentarmos assim, os sentimentos de valorização, apropriação, identificação, indispensáveis para a preservação do patrimônio arqueológico para além do contexto museal. Percebemos, a partir da vivência nos museus pesquisados que, se a Museologia e a Arqueologia trabalharem de maneira interdisciplinar, poderemos contemplar as múltiplas vozes abarcadas pelo patrimônio arqueológico, oferecendo ao público visitante a oportunidade de ter um papel ativo na construção do conhecimento e da interpretação de nossa cultura e passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Marcus. Sinagoga Kahal Zur Israel: retornando à vida do Recife. *Revista de Arqueologia Americana*, Instituto Pan-americano de Geografia e História, México, n. 22, p. 63-79, 2003.
- ALBUQUERQUE, Marcus. O Forte do Brum. *Revista da Cultura*, Rio de Janeiro, n. 13, ano VII, p 43- 50, dez. 2007.
- BRUNO, Oliveira M. C. Musealização da Arqueologia: Um Estudo de Modelos para o Projeto Paranapanema. *Revista Centro de Estudos de Sociomuseologia*. Cadernos de Sociomuseologia, Universidade Lusófona De Humanidades e Tecnologias, n. 17. 1999.
- CALDARELLI, B. S. e SANTOS, M. C. M. Arqueologia de Contrato no Brasil. *Revista USP*, n. 44, São Paulo, p. 52-73, 1999/2000.
- CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. *Arqueologia Musealizada – Patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2004.
- CARDOSO, Rosemary Aparecida. *Arqueologia musealizada e educação patrimonial: Caminhos e desafios da transmissão do conhecimento nos museus recifenses*. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE, 2013.
- CAVALCANTI, AMANDA ALVES MIRANDA. *Mário Melo e suas histórias dentro da História*. *Intellèctus* (UERJ. Online), v. 15, p. 208-221, 2016.
- CHAGAS, Mário. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.31, pp.15-25, 2005.
- COSTA, Carlos Alberto Santos. Por políticas públicas para a gestão e musealização do patrimônio arqueológico: uma escala de sentidos. *Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*. 17.1: 101-124, 2019.
- COSTA, Diogo Menezes. Lembrando e Esquecendo as Lavras do Abade: Memórias de um Sítio Arqueológico Histórico. *Teoria & Sociedade* (Número Especial: Antropologias e Arqueologias, hoje) p.285-306, 2014.
- COSTA, Lygia Martins. *De Museologia, artes e políticas de patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2002.
- CUNHA, Carlos Alberto Meira Carneiro. *Da Intervenção em monumentos com materiais modernos: estudo de caso: Kahal Zur Israel*. (Dissertação de Mestrado em Engenharia Civil), Universidade Católica de Pernambuco, Recife/PE, 2007.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano. A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves e VIDAL, Diana Gonçalves. (Org.). *Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna*. Belo Horizonte/MG: Argvmentvm; Brasília/DF, 2005.
- GEERTZ, C. *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HILBERT, K. Qual o Compromisso Social do Arqueólogo Brasileiro? *Revista de Arqueologia/Sociedade de Arqueologia Brasileira*. N 19. São Paulo: SAB, 2006.
- HODDER, Ian. *The Archeological Process: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- IRWIN, Sarah; WINTERTON, Mandy. *Debates in qualitative secondary analysis: critical reflections. Timescapes Working Paper 4*. 2011. Disponível em: <http://www.timescapes.leeds.ac.uk/events-dissemination/publications.php/> Acessado dia 11/11/2020.
- LIMA, Helena Pinto. Patrimônio para quem? Por uma arqueologia sensível. *Habitus*. Goiânia, v.17, n.1, p. 25-38, jan./jun. 2019.
- LIMA, Helena Pinto; BARRETO, Cristiana; FERNANDES, Camila. Museus no século 21: ações pela salvaguarda e socialização do acervo arqueológico do Museu Goeldi. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 38, p.145-161. 2018.
- LEITE, Maria Isabel e OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). *Museus, educação e cultura: Encontro de crianças e professores com a arte*. (Coleção Ágere). Campinas: Papirus, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- MENESES, Ulpiano T. B. A pesquisa fora da universidade: patrimônio cultural, Arqueologia e museu. In: *Humanidades, pesquisa, universidade*. FFLCH/USP, p. 91- 103 (Seminários de Pesquisa, 1) 1996.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- MORAES WICHERS, Camila Azevedo de. *Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira* (Tese de Doutorado em Museologia). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. 2010.
- RAMOS, F. R. L. *A danação do objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004.
- SOUZA, George Félix Cabral de. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano: breve história ilustrada*. Recife: IAHP, 2010.
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. *Re-Constructing Archaeology Theory and Practice*. 2ª edição, Routledge, 1992.
- TARRANT, Anna; HUGHES, Kahryn. *A reutilização de dados qualitativos é um campo subestimado da inovação e da criação de novos conhecimentos nas ciências*. *SciELO em Perspectiva*, 2020. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2020/06/10/a-reutilizacao-de-dados-qualitativos-e-um-campo-subestimado-da-inovacao-e-da-criacao-de-novos-conhecimentos-nas-ciencias-sociais/> Acessado dia 12/11/2020.
- TARRANT, Anna; HUGHES, Kahryn. *Secondary Analysis of qualitative data*. New York, SagePublications, 2020b.